

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE OS
IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMÉRCIO DE
ITAPETINGA-BA**

**PUBLIC INCOME TRANSFER POLICIES: A STUDY ON THE ECONOMIC IMPACTS OF
THE FAMILY GRANT PROGRAM IN ITAPETINGA-BA TRADE**

Adler Moreira Chaves*

e-mail: adlller@hotmail.com

Beatriz dos Santos Sousa*

e-mail: beatriz.ibce98@gmail.com

Daniela Brito Pereira*

e-mail: dnylla_@hotmail.com

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA - Brasil

Resumo

O presente trabalho procurou analisar as contribuições financeiras do Programa Bolsa Família no comércio local do município de Itapetinga-BA. Observou-se a renda aferida pelos beneficiários proporciona maior poder de compra, além de como os gastos são distribuídos no momento em que recebem o auxílio. A base teórica parte da revisão dos conceitos de política públicas, dos programas de transferência de renda e do programa Bolsa Família. Trata-se de um estudo teórico-empírico, de caráter exploratório, como instrumentos de pesquisa utilizou-se de técnicas de levantamento de dados, além de pesquisas documentais. Aplicou-se 121 formulários para famílias beneficiárias na cidade. O estudo esclarece que 99,17% dos participantes gastam o benefício no comércio local, fazendo com que o Programa injete mais de 1,30% do PIB local através desses gastos. Foi observado que 87,6% dos beneficiários gastam com mercadinhos, 75,20% com a educação dos filhos, 53,71% com prestações do minha casa minha vida. Identificou-se ainda que a grande maioria dos beneficiários responsáveis eram mulheres (76,85%) e situa-se entre as idades de 18 anos e 45 (57,86%), 51,23% recebem entre R\$ 155,00 e R\$ 200,00 de benefício. O programa traz benefícios relevantes para as famílias e para a economia local, mas que precisa ser aperfeiçoado.

Palavras Chave: Políticas Públicas; Transferência de Renda; Programa Bolsa Família; Comércio Local.

Abstract

This paper aimed to analyze the financial contributions of the Bolsa Família Program to local commerce in the municipality of Itapetinga-BA. He observed whether the income measured by the beneficiaries provides greater purchasing power, and how the expenses are distributed at the time they receive the aid. The theoretical basis is based on a review of public policy concepts, cash transfer programs and the Bolsa Família program. This is an exploratory theoretical-empirical study, as research instruments used data collection techniques, as well as documentary research. 121 forms were applied to beneficiary families in the city. The study clarifies that 99.17% of participants spend the benefit on local commerce, causing the

Program to inject more than 1.30% of local GDP through these expenditures. It was observed that 87.6% of beneficiaries spend with grocery stores, 75.20% with the education of children, 53.71% with benefits from my home my life. It was also found that the vast majority of beneficiaries responsible were women (76.85%) and is between the ages of 18 and 45 (57.86%), 51.23% receive between R \$ 155.00 and R \$ 200,00 of benefit. The program has significant benefits for families and the local economy, but needs to be improved.

Keywords: Public Policies, Income Transfer; Bolsa Familia Program, Local Commerce.

1. INTRODUÇÃO

A partir do final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição Federal e a democratização, houve um amadurecimento nos programas de assistência social brasileiros. As ações passaram a ser concebidos como políticas públicas de Estado, procurando, por força de legislação, deixar de ter um caráter puramente assistencialista, para transformar-se num direito dos cidadãos. Contudo, de maneira geral, observa-se na literatura pesquisada que os programas assistenciais e serviços de assistência social ainda são marcados pelo discurso da caridade e do assistencialismo, remanescentes da cultura brasileira, nas organizações, nas instituições e até mesmo nas políticas públicas. Ainda assim, nos últimos anos, as políticas públicas de transferência de renda têm apresentado resultados positivos no Brasil ao diminuir as desigualdades sociais (SANTANA, 2007). As estatísticas oficiais indicam que o país está superando o problema da fome, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU, 2011).

Para Kunneman (2009), os Programas de Transferência de Renda (PTR) são programas sociais que garantem pagamentos não contributivos, na forma de dinheiro, para pessoas pobres ou ameaçadas pela fome. O objetivo desses programas é aumentar a renda real das famílias. O mesmo autor indica que os PTR produzem resultados positivos na esfera do desenvolvimento, sobretudo na redução da pobreza extrema e da fome, estimulando a produção de bens e serviços básicos para as populações pobres e garantindo uma boa frequência escolar das crianças, bem como maior igualdade de gênero e justiça social. Os PTR demonstram ser instrumentos eficazes de redução da desigualdade de renda, realidade que atormenta muitos países subdesenvolvidos. Mas, o autor adverte que para esses programas influenciem efetivamente na mudança da realidade social é indispensável, dentre outras ações, que haja determinação política por parte dos governos e que sejam destinados recursos orçamentários suficientes para a sua execução (KUNNEMAN, 2009).

No Brasil, o Governo Federal instituiu, em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família (PBF), a partir de outras experiências nacionais e internacionais. Unificou quatro programas de transferência de renda que existiam anteriormente: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. O PBF é o principal programa brasileiro de transferência direta de renda com condicionalidades. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014), com apenas uma década, essa política pública já gerou resultados expressivos. O PBF está presente em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal e beneficia mais de 14 milhões de famílias.

Os Programas de Transferências de Renda (PTR), de acordo com Santana (2007), foram idealizados para os beneficiários terem autonomia em definir como melhor utilizar o benefício, por saber quais são suas prioridades. Trazem na sua concepção que os beneficiários sejam portadores de habilidades para o exercício da cidadania, podendo eles se comportar como agentes econômicos eficazes, trazendo benefícios para si e sua família, e com isso diminuir os efeitos da sua condição de pobreza. Medeiros, Britto e Soares (2007), observaram que as políticas de transferência de renda

vêm se fortalecendo como um importante sistema de proteção social brasileiro. Esses benefícios não são notados apenas para os lares, mas foram contabilizados na economia do país, principalmente em pequenos municípios.

O foco deste estudo é analisar como as políticas públicas de transferência de renda implementadas pelo Governo Federal impactaram economicamente o comércio local de pequenos municípios. Esse artigo tem como objetivo primordial analisar as contribuições financeiras do Programa Bolsa Família no comércio local do município de Itapetinga, Bahia. Analisou se a renda aferida pelos beneficiários proporciona maior poder de compra, além de como os gastos são distribuídos no momento em que recebem o auxílio. Observando o resultado da política pública nas transformações econômicas das famílias e do município.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira introduz a temática e delimita o escopo do estudo. A segunda discute as políticas públicas de combate à pobreza e o Programa Bolsa Família. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos que conduziram a pesquisa. A quarta examina os resultados da pesquisa. E, por fim, são feitas as considerações finais.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA

Qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre alguns questionamentos básicos (SECCHI, 2014). O termo Políticas Públicas denota diversas discussões conceituais, mas a única afirmação que todos os autores sobre políticas públicas concordam é que a mesma afeta profundamente a vida cotidiana de cada indivíduo na sociedade (LIMA, 2012). No geral, compreende por políticas públicas o instrumento ou as somas de ações dos Governos elaboradas para enfrentar um problema público (SECCHI, 2014). Dye (1972, p.1) afirma que “política pública é tudo aquilo que os governos decidem ou não fazer”. Para Rua (1998), a política pública constitui no conjunto de métodos formais e informais que expressam as relações de poder e que se destinam à solução pacífica das disputas quanto aos bens públicos.

Como área de estudo, as políticas públicas representam um campo muito recente. Segundo Souza (2006, p. 22) “nasceram nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição Europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos”. Souza (2006), avança afirmando que a área das políticas públicas contou com quatro grandes fundadores: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton.

Laswell, na década de 30 começa a utilizar o termo *policy analysis* (análise de política pública), “como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2006, p.23). Para a autora, as políticas públicas é a realização do governo em ação, então seus estudos deveriam também assumir a intencionalidade dessas ações (BOULLOSA, 2014).

Para se elaborar políticas públicas devem se seguir alguns critérios. Grande parte dos autores seguem a mesma linha do ciclo da política. Segundo Frey (2000) deve se fazer a percepção e definição dos problemas, agendamento, elaboração de programas e decisão, implementação, avaliação e a eventual correção da ação. Para Deubel (2006 apud CAVALCANTI, 2007) tem de identificar o problema, formular soluções, tomar a decisão, implementar e avaliar. Observa-se que há alteração apenas das nomenclaturas sugeridas pelos autores, mas o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas são semelhantes.

As políticas públicas são formas de prover as pessoas de cidadania (GUIMARÃES, 2006). Segundo Marcon (2010 Apud VIEIRA et al, 2012) no Brasil, por conta de uma má distribuição de renda, uma parcela considerável da população não consegue satisfazer suas necessidades básicas.

Com este cenário, políticas de combate à pobreza vêm sendo elaboradas, com auxílio de organismos internacionais, há pelo menos três décadas.

As políticas de combate à pobreza através dos Programas de Transferência Condicionada a Renda (PTR) tem ganhado popularidade nos países que estão em desenvolvimento (SOARES, 2012). Os Governos veem nos PTRs uma política pública eficaz, pois não gastam muito dinheiro e seus efeitos são notados rapidamente. Estudos de Handa e Davis (2006 apud FERRAZ, 2008) mostram que os PTRs melhoram a educação e saúde das famílias beneficiadas, chegando a reduzir a mortalidade infantil. Para Kunneman (2009) esses programas podem ser considerados instrumentos eficazes de redução das desigualdades no quesito da renda. Segundo Cohn (2004), essas políticas de transferência de renda são muito importantes, desde que sua implantação não seja um fim em si. É visto que este instrumento pode, em um curto tempo aliviar os sinais de pobreza, mas não ir nas causas principais dela.

Programas de transferência de renda direta provocam discussões diversas entre pesquisadores. Não chegam a conclusões únicas. Os seus partidários replicam que as bolsas no Brasil são muito baixas, por isso, não seriam falta de incentivo ao trabalho. De acordo com Medeiros, Britto e Soares (2007), dados do IBGE demonstram que pessoas beneficiárias do Bolsa Família trabalham o mesmo tanto ou até mais que as outras pessoas com renda familiar similar que não são beneficiadas. Sob outro ponto de vista, Carvalho (2006) constata que existem aspectos positivos nesses modelos distribuição, no entanto, para ele, como os recursos são escassos, os gastos crescentes com esses benefícios são retirados de outras áreas sociais (educação, infraestrutura, saúde), que poderiam desfazer o círculo de dependência do indivíduo (PENA; PINHEIRO; ALBURQUERQUE, 2014).

Soares (2012) afirma que os PTRs começaram no Brasil em 1995. Entretanto, Ribeiro (2007) coloca o começo pouco tempo antes, no início da década de 90 com o movimento 'Ação da Cidadania Contra Fome e Miséria' liderado pelo sociólogo Betinho (Herbert Souza). Em 16 de Abril de 1991, o Senador Eduardo Suplicy apresentou, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 80/1991, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com renda que correspondesse hoje em média a 1,5 salários mínimos. Esta iniciativa foi uma das primeiras a levar o debate sobre os programas de transferência de renda para a esfera política.

Segundo estudo de Silva e Silva (2006), em 1995, aparecem as primeiras experiências do Programa de Transferência de Renda inicialmente em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estendendo-se para vários municípios e estados brasileiros. Em 1996, foram iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benéfico de Prestação Continuada (BPC). Em 1995, também, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou o Programa Comunidade Solidária (PCS) com o intuito de melhorar a vida da população marginalizada. Toda literatura concorda é que a partir desse momento, as Políticas Públicas de Transferência de Renda passam a fazer parte das agendas governamentais brasileiras.

Entre os anos 1995 e 2003, havia diversos PTRs, "administrados por todos os níveis de governo e, dentro do governo federal, por cinco ministérios diferentes, com muito pouca coordenação entre eles" (SOARES, 2012, p. 1) sendo pouco eficazes. Ainda no governo de FHC, em 2001, foram ampliados os programas federais com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Essa atitude governamental intensificou os debates em defesa de uma Renda de Cidadania, para todos os brasileiros.

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao assumir o governo, adotou como meta principal o combate à fome e à pobreza no país. Adotou a política social como sua principal 'bandeira' e propôs a de unificação dos PTRs (SILVA E SILVA, 2006). Assim, inicia-se um processo de junção dos programas federais de transferência de renda, sendo inicialmente unificados:

Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. Em outubro de 2003 o Governo Federal instituiu o Programa Bolsa Família (PBF).

2.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O programa foi criado pela medida provisória nº 132 em outubro de 2003, instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014). O Programa Bolsa Família (PBF) era uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria. O benefício do PBF é depositado todos os meses na Caixa Econômica Federal e o beneficiário faz o saque com o cartão magnético (emitido preferencialmente no nome da mulher), os valores que são repassados dependem de cada família (MDS, 2014).

Ribeiro (2007) demonstra que os propósitos básicos que o PBF pretende atingir é o de promover acesso das famílias beneficiárias na rede de serviços públicos, combater a fome, prover segurança alimentar e nutricional, além de estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Segundo Zimmermann (2006, p. 146) “o PBF tornou-se um dos principais instrumentos de combate a fome e de garantia do direito humano a alimentação do Brasil”. Para Medeiros, Britto e Soares (2007), o programa apresenta dois objetivos: “o alívio da pobreza no curto prazo e o combate à transmissão intergeracional da pobreza por meio de condicionalidades voltadas para incentivar as famílias a realizar investimentos em capital humano” (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 12).

A gestão do programa é feita de maneira compartilhada pela União, Estados e Municípios. O Governo Federal coordena e financia a gestão, pagando diretamente aos cidadãos. O Estado ajuda tecnicamente os municípios, e esses por sua vez, executam o programa, fazendo o cadastro e o acompanhamento dos beneficiários (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009).

Os benefícios do PBF são baseados nos perfis das famílias cadastradas no Cadastro Único. Esse cadastro é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda do Brasil. Se tratando dos benefícios do PBF são:

Quadro 1: Benefícios do Programa Bolsa Família

Benefício	Valor (R\$)	Justificativa
Básico	77	Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 77)
Variável de 0 a 15 anos*	35	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
Variável gestante*	35	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição e é o pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês.
Variável Nutriz*	35	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição e é o pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Variável Vinculado ao Adolescente	42	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Para superação da Extrema Pobreza	Caso a caso	Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é

calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza

Fonte: Elaboração própria, Adaptado de MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. 2014.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 01 out. 2014.

*Esses benefícios são limitados a 5 (cinco) por família.

De acordo com o MDS (2014), o PBF possui três eixos principais: A transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, para reforçarem os direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias, de forma que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

As condicionalidades talvez sejam um dos pontos positivos determinantes para o bom resultado do Programa Bolsa Família. Existem três razões principais para estas condicionalidades. A primeira é que essas condicionalidades são como um incentivo para os pais recorrerem às escolas e aos serviços públicos de saúde. A segunda é que as condicionalidades legitimam a transferência de renda, pois com isso as famílias precisam dar uma contrapartida. E a última é se caso as famílias não cumprirem as condicionalidades, o governo deve alertar, pois demonstra que essas famílias têm problemas e necessitam de uma atenção diferenciada (DURIEUX, 2011). Apesar que nem todos pesquisadores concordam com essa afirmação. Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 13) afirmam:

Do ponto de vista dos resultados, a necessidade e o impacto das condicionalidades são controversos. Se, desde a criação do sistema de acompanhamento da condicionalidade de educação, mais de 95% daqueles que tiveram a frequência escolar monitorada cumpriram a exigência estabelecida, é difícil afirmar se isso é resultado direto do controle de condicionalidades ou uma tendência independente desse controle.

O PBF recebeu muitos prêmios e elogios, principalmente devido a essas condicionalidades. Segundo o MDS (2014), as condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. De um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Uma crítica que o PBF sofre, está relacionada ao “efeito preguiça” que esses programas podem gerar na população. Para Carvalho (2006) a crítica feita é que essas transferências de renda direta geram desmotivação nos pobres a procurar emprego e buscar qualificação profissional, tornando-se dependentes do auxílio. Segundo Rector e Lauder (1995 apud PENA, 2014), as famílias optariam continuar no limite da pobreza para receber os benefícios. Outra crítica é que com o benefício pela quantidade de filhos abaixo de 15 anos, poderia gerar um aumento na fertilidade das famílias mais pobres. Mas segundo Soares (2012, p.1):

O Bolsa Família não parece ter tido os impactos negativos que muitos temiam. Uma literatura considerável já concluiu que seu impacto sobre a participação no mercado de trabalho é muito pequeno e, na maioria dos estudos, positivo (pelo menos para os homens em idade ativa). O programa também não tem efeitos mensuráveis sobre a fertilidade, pelo menos para as mulheres que já têm filhos.

Ainda sobre a temática trabalho, Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 15) explicam que:

O fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma ideia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apoia em evidências empíricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar *per capita* similar. Enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro

décimo mais pobre da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários.

Outra crítica que o PBF família vem sofrendo, é que o mesmo influencia diretamente as eleições Presidenciais. Muitos pesquisadores têm divergido sobre o assunto e se tem entrado em diversos debates. Soares (2012, p. 2) explana sobre o assunto:

[...] o Bolsa Família tem efeitos eleitorais definitivos e estatisticamente significativos, mesmo que não sejam enormes. Shikida et al (2009) e Soares e Terron (2008) estimam que o programa aumentou o número de votos em Lula, na ordem de um ou dois pontos percentuais, apesar dele ter ganho por uma margem de votos muito mais ampla. Isso significa que ele teria vencido a campanha de reeleição e eleito sua sucessora com ou sem o Bolsa Família.

Segundo MDS (2014), o PBF beneficiou, no mês de Setembro de 2014, 13.983.099 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 170,10. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.378.560.947 no mês. O PBF tem caráter livre, ou seja, os beneficiários podem gastar com qualquer coisa. Dessa forma, observam-se gastos com coisas mais supérfluas até de extrema necessidade. Em pesquisa da IBASE (2008), obteve dados dos gastos dos beneficiários. 87% gastou com alimentação, 46% com material escolar, 37% com vestuário, 2% com despesas médicas. Dessa forma, se observa que os gastos com o PBF são feitos de formas bem variadas. O PBF trouxe uma nova qualidade ao sistema de seguridade social do Brasil. Em décadas de história, pela primeira vez, instituiu-se um programa em âmbito nacional para a redistribuição de renda para famílias pobres. Mas os estudos, além de serem escassos, se atêm a pesquisar impactos diretos do PBF, não abrindo para outras áreas que podem ser impactadas indiretamente (DURIEUX, 2011).

Por isto, a presente pesquisa busca analisar as contribuições financeiras do Programa Bolsa Família no comércio local do município de Itapetinga, Bahia. Tendo como foco de atenção o poder de compra gerado pela a renda aferida pelos beneficiários, além de como os gastos são distribuídos no momento em que recebem o auxílio. Analisando os resultados da política pública em uma realidade local.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa está delineada como um estudo teórico-empírico, de caráter exploratório. Segundo Gil (1996, p. 45) “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo. Houve a necessidade de um levantamento de material bibliográfico, que possuía relação com o tema proposto. Analisou-se materiais de vários estudiosos e abordagens diversas, buscando sempre uma assimilação dos conceitos e a exploração de fatos e situações já mencionadas. Esse tipo de abordagem torna-se fundamental, uma vez que existe a possibilidade de se verificar todos os esforços feitos por outros autores na consecução dos trabalhos referentes ao tema, dos quais foram retiradas referências que foram úteis à pesquisa aqui apresentada. A investigação foi também documental, porque se valeu de documentos fornecidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela divulgação de relatórios, principalmente por meio eletrônico.

Os seguintes procedimentos foram considerados: levantamento, coleta, registro e análise dos dados, aplicação de formulários. Para a coleta dos dados primários foram aplicados formulários. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 212) formulário “é o contato face a face entre pesquisador e

informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”. Segundo Gil (1996) o formulário, como instrumento de pesquisa, encontra-se entre o questionário e a entrevista, sendo indicado para pesquisas de opinião pública e de mercado.

O *Locus* da pesquisa foi o Município de Itapetinga, localizado na Região Sudoeste da Bahia. A população estimada em 2014 é de 75.440 habitantes (IBGE, 2014). O município é um dos mais urbanizados da Bahia, com 97% da população mora na área urbana e apenas 3% na área rural. A economia está centrada na pecuária, frigoríficos, indústria de calçados e serviços. De acordo com o IBGE (2014) a cidade de Itapetinga possuía, no Censo de 2010, 2497 pessoas em situação de extrema pobreza, isto é, com a renda per capita abaixo de 70 reais. Desse total, 2.6% viviam no meio rural e o restante na área urbana.

Como universo da pesquisa foram considerados todos os beneficiários do Programa Bolsa Família cadastrados no município de Itapetinga-Ba. A amostragem da pesquisa foi do tipo não probabilístico e por acessibilidade. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, no município de Itapetinga o PBF beneficiou, no mês de agosto de 2014, 6.467 famílias, representando uma cobertura de 127,2 % da estimativa de famílias pobres no município. Foram aplicados formulários em 121 famílias. Buscou-se observar a representatividade e imparcialidade na retirada da amostragem, os formulários foram aplicados em diversos bairros da cidade, além do setor onde os beneficiários do Programa Bolsa Família devem frequentar, em diversos dias, fazendo com que os grupos consultados fossem alterados. Os resultados obtidos foram analisados a luz do referencial teórico e posteriormente inseridos na pesquisa.

A coleta de dados foi realizada com pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, onde o interrogador marcou as respostas citadas pelo público. O formulário foi composto por uma série de perguntas formuladas de acordo com os objetivos que a pesquisa busca responder, além de tomar como base o referencial teórico pesquisado. A elaboração do formulário adotou uma série de critérios como a realização de pré-testes de adequação da linguagem para garantir a fidedignidade, validade e operatividade da pesquisa, estabelecendo uma ordem, fácil compreensão e pouca extensão (GIL, 1996; MARCONI; LAKATOS, 2003).

O tratamento dos dados ocorreu a partir dos resultados obtidos através da aplicação dos formulários, instrumento direto de coleta de dados, para identificar os fatores que impactam no comércio local da cidade de Itapetinga, além de identificar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família e nessa localidade. Os dados obtidos foram analisados com base em método quantitativo, apresentados em forma de tabelas e porcentagens, discutidos à luz da literatura pertinente.

4. ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA

4.1. O BOLSA FAMÍLIA EM ITAPETINGA

A Bahia é o estado do Brasil onde mais se concentra beneficiários do Programa Bolsa Família. A cidade de Itapetinga, segundo dados do MDS (2014), teve 6.467 famílias beneficiadas pelo programa, com um valor médio de 159,24 reais. O valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios, no mês de agosto de 2014, foi de R\$ 1.029.778. No ano de 2013, o repasse à cidade alcançou o valor de R\$ 12.439.896,00. Entre 2004 e 2013 a soma de recursos repassados pelo PBF na cidade de Itapetinga, aumentou 362,43%. Para o apoio nos programas de assistência social, o município possui 3 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cofinanciados pelo MDS.

Como descrito no referencial, o programa possui algumas condicionalidades, fazendo com que a família beneficiada assumam alguns compromissos que são: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as

gestantes devem fazer o pré-natal (MDS, 2014). Se tratando do acompanhamento da frequência escolar, no município, apenas 90,07 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos possui-o, abaixo da média nacional de 92,03%, mostrando que se deve buscar uma melhoria nesse acompanhamento. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 68,64 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %, mostrando que também deve haver um melhor acompanhamento dos gestores do programa no município. (MDS, 2014)

4.2. IMPACTOS DO PBF NO PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região. O PIB, embora muito questionado, é um indicador relevante da macroeconomia com objetivo de medir a atividade econômica de um local. Esse é um dos indicadores que observa o crescimento, mas não pode ser considerado como um índice de desenvolvimento, pois o mesmo não inclui outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano. Sen (2018) destaca que o crescimento desses produtos nacional bruto ou das rendas individuais são importantes, mas como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Para ele as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (educação e saúde) e os direitos civis (SEN, 2018).

Portanto, sob o aspecto do crescimento econômico, o PIB do Brasil passou por um período de crescimento, saindo de 731 bilhões em 1995 para 4,84 trilhões de reais em 2013, levando o país a uma posição de destaque na economia do mundo, apesar da crise e do baixo crescimento dos últimos anos. O Estado da Bahia tem o maior crescimento do Nordeste, com um PIB corresponde a aproximadamente 31,5% do PIB da região e 4,3% do PIB Nacional. O que coloca a economia baiana como a maior da região, mas mascara as desigualdades sociais e a concentração de renda. Já a cidade de Itapetinga possuía em 2011 um PIB aproximado de mais de 774 milhões de reais anuais e um PIB per capita de R\$ 11.217,39. Na Bahia, a cidade ocupava a posição de número 28 de 417 municípios e, entre 2000 e 2011 o PIB aumentou 3,93 vezes. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada R\$ 1,00 gasto com o PBF, há um aumento de R\$ 1,78 no PIB nacional. Observando a importância desse indicador, avalia-se o impacto do PIB no PBF através do Tabela 1:

Tabela 1: PIB e PBF em 2011 (R\$)

Local	Produto Interno Bruto (PIB)	Repasse do PBF	Porcentagem do PBF em relação ao PIB.
Brasil	4.143.013.337.000,00	17.100.000.000,00*	0,4%
Bahia	159.868.000.000,00*	2.261.797.079,00	1,41%
Itapetinga	774.750.000,00*	10.208.446,00	1,31%

Fonte: Elaboração Própria, dados IBGE (2013) e MDS (2014)

*Aproximado

Pode-se observar que a participação do PBF tanto na Bahia quanto na cidade de Itapetinga é bem superior que em relação ao Brasil. Os dados utilizados foram os de 2011, devido a serem os últimos dados de PIB Estadual e Municipal divulgados pelo IBGE até a presente pesquisa. No Brasil, o valor aplicado do PIB no Bolsa Família é relativamente pequeno. De acordo com o relatório do Conselho Econômico e Social da ONU, 2011, a baixa participação do PIB do Brasil na

execução do Programa Bolsa Família é ainda menor se comparada a seus resultados (ONU, 2011). Segundo Soares (2012, p. 1):

A eficácia do Bolsa Família na redução da desigualdade vem sendo muito desproporcional à sua participação modesta na renda familiar ou no PIB. Dependendo da metodologia utilizada na decomposição, os benefícios do programa representam algo entre 21 por cento e 16 por cento do total da queda da desigualdade brasileira desde 2001, resultado de sua excelente focalização

A influência do PBF na Bahia e em Itapetinga são muito semelhantes e demonstram as fragilidades econômicas do estado e do município. Os dados percentuais demonstram que o PBF é importante para as economias locais, pois correspondem a mais de 1% do PIB anual, é algo relevante diante das desigualdades sociais do estado da Bahia. No Estado, o PBF injeta aproximadamente 60 bilhões de reais anuais e na cidade de Itapetinga mais de 12 milhões de reais por ano, gerando uma circulação de dinheiro na população de baixa renda.

4.3 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF EM ITAPETINGA

Quanto ao perfil dos 121 beneficiários do PBF que participaram da pesquisa. Da amostra 76,85% foram do sexo feminino. As mulheres são o público alvo do programa, pois historicamente, elas que ficam em casa cuidando dos filhos, além disso, na cultura ainda predominante, os homens saem para trabalhar e a mulher cuida das atividades domésticas, fazendo com que os entrevistados as encontrassem em sua maioria. Deve se considerar também que o número de lares chefiados por mulheres passou de 22,2%, em 2000, para 37,3%, em 2010 (IBGE, 2012). Os dados demonstram que o número de mulheres solteiras que são mães também aumentou, chegando a 12,2%. Segundo Vieira *et al* (2012, p. 7) o “PBF foca nas mulheres por defender que elas tem um papel social em relação a maternidade. Reclamam principalmente sobre a sobre a figura feminina os cuidados com os filhos e a responsabilidade da educação”.

A faixa etária de 46 a 60 anos representa 42,14% dos entrevistados, mas os outros 57,86% estão entre os de 18 e 45 anos. Isso demonstra que o programa na cidade praticamente não atinge pessoas com mais de 60 anos, pois nenhum das 121 pessoas perguntadas apresentou essa idade. O Estado Civil dos beneficiários que se destacou, foi solteiro, com 57,03% dos participantes da pesquisa, além disso apenas 1(uma) pessoa se declarou divorciado e outra se declarou viúva. Toda a amostra declarou possuir filhos, mas a predominância foi de 2 filhos (48,76%) e 3 (28,92%) filhos por família. Esses números demonstraram que existe uma ideia que as famílias beneficiárias possuem muitas crianças, mas a quantidade de famílias com 4 ou mais filhos foi a mesma que de famílias com apenas 1. Quanto a escolaridade 58,67% se declarou com ensino fundamental incompleto. Apenas 12,39% concluíram o ensino médio, refletindo que grande parte dos beneficiários possui pouca perspectiva escolar. A condicionalidade na área da educação alcança as crianças beneficiadas pelo PBF, mas em relação aos adultos, encontra dificuldades em exigir uma educação continuada, pois grande parte se encontra no mercado de trabalho sendo provedores da família (SILVA, 2010 apud VIEIRA *et al*, 2012).

Grande parte dos participantes se declararam negros (35,53%) ou pardos (45,45%), e apenas 15,7% se declararam brancos. Esse número reflete o que estudos demonstram, que a população mais atingida pela extrema pobreza são os negros e pardos. Segundo IBGE (2012) 74,2% dos 10% da população mais pobre do Brasil, se declaram dessa cor ou raça. Um dado que chamou a atenção, é que nenhuma pessoa se declarou descendente de indígena, o que causa surpresa, pois a cidade se localiza próximo a regiões de populações indígenas e até possui um distrito próximo a áreas de demarcação para índios.

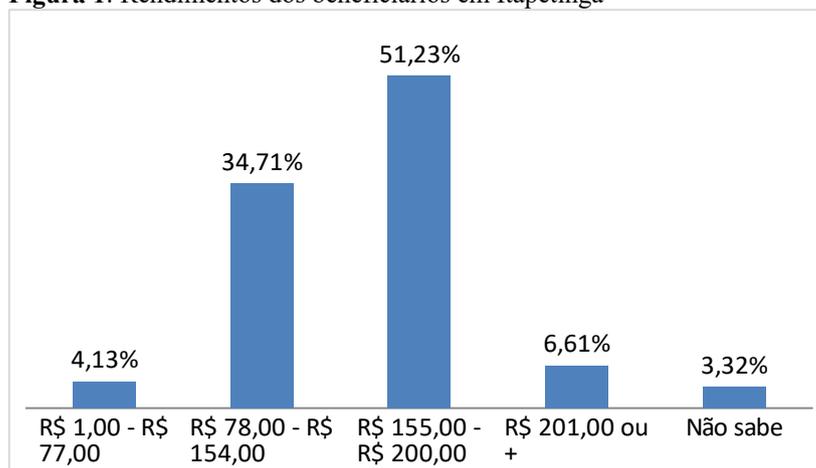
Segundo pesquisa IBASE (2008) a maioria dos titulares do PBF é de mulheres (94%). Dessas, 27% são mães solteiras. A maior parte das mulheres titulares (85%) tem entre 15 e 49 anos. A maior parte dos titulares é preta ou parda (64%). Se tratando dos estudos, 81% dos titulares

sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental (IBASE, 2008). As informações colhidas pela IBASE se assemelha as demonstradas na atual pesquisa, identificando que algumas características de perfis, pouco foram alteradas no decorrer dos últimos 6 anos.

Entre os beneficiários pesquisados em Itapetinga, observou-se que a grande maioria dos participantes da pesquisa possuía casa própria (63,63%) e desses, 89,61% a casa foi comprada pelo programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. Esse número demonstra a importância que o programa tem para o município que foi contemplado com mais de 1500 residências. Outro fator que pode ser responsável por esse dado, é que muitos bairros entrevistados possuem muitas residências do Minha Casa Minha Vida, podendo maquiar esses dados. Entretanto, 19% dos beneficiários moram em residência alugada e 16,52% em casa de familiares.

Sobre os rendimentos familiares, 53,71% responderam que possuem renda entre R\$ 373,00 e R\$ 724,00, ou seja, a maioria ganha mais que meio salário até um salário mínimo. Apenas um beneficiário declarou rendimento superior a 1000 reais e uma grande parcela, 30,57%, disse que não sabia os rendimentos familiares. Já referente ao recebimento do benefício do Bolsa Família, apenas 3,3% não sabiam quanto recebiam. Sobre os recebimentos de valores do PBF, a grande maioria recebe entre R\$ 155,00 e R\$ 200,00, valores muito próximos a média da cidade, que é de R\$ 159,24. Segue abaixo na Figura 1 os rendimentos declarados pelos participantes da pesquisa.

Figura 1: Rendimentos dos beneficiários em Itapetinga



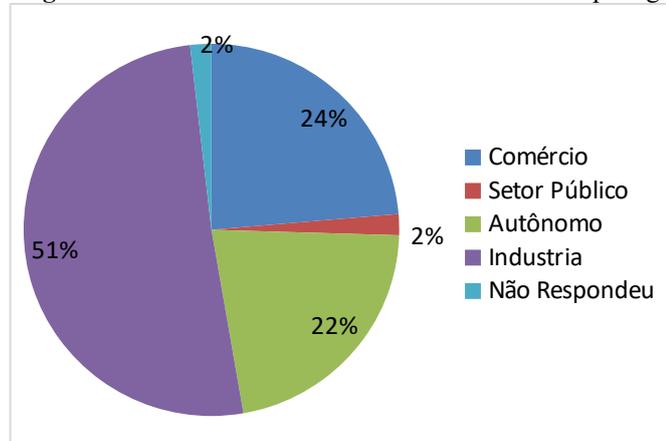
Fonte: Pesquisa de Campo.

A pesquisa mostrou que grande parte das residências apresentavam um número elevado de moradores. Os lares com mais de quatro ou mais moradores correspondeu a 91,73% dos pesquisados, estando em consonância com pesquisas do IBGE, pois segundo o IBGE (2010), a média de moradores por domicílio no Brasil seria de 3,34. Se tratando o total de residências, 97,52% se localiza na zona urbana, informação muito próxima da divulgada pelo PNAD (2013), que mostrou no município a população urbana seria de 97,07%. Isso é fruto do êxodo rural que o Brasil vem presenciando, principalmente pós anos 80 (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Identificou que 54,54% dos entrevistados não trabalhavam, mas quando se observam os beneficiários do sexo masculino o número cairá para 5%. Isso pode ser retrato ainda da sociedade patriarcal brasileira. Freyre (1992) afirma que o patriarcalismo exerceu uma forte influência na formação da sociedade brasileira. Ele, se estendeu aos campos da economia, da política e moral. Segundo o estudo do IBASE (2008), o recebimento do benefício não faz com que as pessoas deixem de procurar trabalho, mas sim que há abandono do trabalho quando este é de extrema precariedade, cujo relatos, incluíram situações de trabalho análogo à escravidão. Nenhum dos entrevistados trabalham na zona rural, e todos os 45,46% que exerciam atividade remunerada são na

zona urbana. A divisão da ocupação dos beneficiários é apresentada na Figura 2, abaixo. Dos que trabalham, todos os que trabalham na indústria são de carteira assinada, mas nenhum trabalhador das outras áreas possuem essa garantia e muito menos Previdência Social.

Figura 2: Locais de trabalho dos beneficiários em Itapetinga



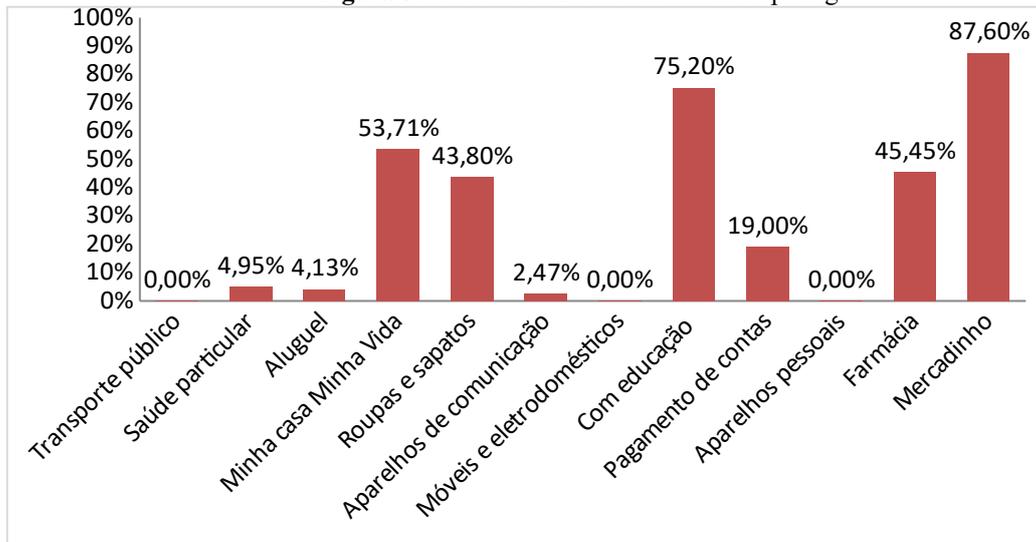
Fonte: Pesquisa de Campo

A pesquisa constatou que a grande maioria das pessoas eram realmente nascidas no município de Itapetinga, Bahia, 85,95% do total, e que do restante, apenas 1,65% eram de outro estado do Brasil, todos outros de cidades circunvizinhas. Algo que foi detectado no estudo é que 90% das famílias não possuíam gestantes, comprovando que “o programa também não tem efeitos mensuráveis sobre a fertilidade, pelo menos para as mulheres que já têm filhos” (SOARES, 2012, p.1). Um dado interessante observado foi que 84,29% dos participantes da pesquisa declararam fazer controle de gastos, indo de encontro a dados de outras pesquisas como a de Vieira *et al* (2012), onde 93,60% não possuía nenhum tipo de controle financeiro.

4.4 GASTOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF EM ITAPETINGA

Identificou na pesquisa que 99,17% dos pesquisados fazem compras no comércio local, gerando assim, renda para o mesmo. Nenhum deles faz compras fora de Itapetinga, apenas um dos pesquisados alegou não gastar dinheiro no comércio local, utilizando o benefício apenas para pagamento de contas domésticas. Grande parte dos beneficiários, 49,58%, respondeu que acredita gastar metade dos rendimentos do Bolsa Família no comércio local, enquanto 22,31% alegou gastar mais da metade e 23,96% afirma gastar todo o ganho nesse setor.

Constatou-se que a grande maioria dos entrevistados (87,60%) gastam o benefício em pequenos mercados de bairros. O total de entrevistados que alegam comprar alimentos e bebidas é de 99,17%, ou seja, todos que alegam comprar no comércio, compram esses dois itens. Os gastos com educação dos filhos vem logo em seguida com 75,20%. Outra boa parte (53,71%) gasta com a prestação do Programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida, esse número representa 94,20% dos que declararam possuir casa própria do programa. Os gastos com farmácia chegam a 45,45% e com roupas e sapatos a 43,80%. Pesquisas de Hoffmann (2006) e Künneman (2009) demonstraram que a maior parte das transferências do PBF são gastas com gêneros alimentícios, educação e saúde. O dinheiro cedido às famílias é de gasto livre, mas as condicionalidades acabam interferindo nos gastos dos beneficiários (IBASE, 2008). A pesquisa atual comprova isso, pois grande parte dos gastos se dão em alimentos e com educação, e praticamente a metade gasta com farmácias. Um dado curioso é que nenhum participante respondeu que gastou com transporte público, aparelhos pessoais, móveis e eletrodomésticos. A figura 3 retrata a porcentagem dos gastos dos beneficiários pesquisados.

Figura 3: Gastos dos Beneficiários em Itapetinga


Fonte: Pesquisa de Campo

Segundo IBASE (2008) as alterações na alimentação das famílias, a partir do recebimento do benefício do PBF, aumentaram o consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados; o consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados. O IBASE (2008) ainda afirma ainda que o PBF é importante para melhorar as condições de vida das famílias, mas por si só, não é garantia de índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais abrangente. Segundo Silva (2010 apud VIEIRA *et al*, 2012) uma das características fundamentais do Bolsa Família é assegurar uma alimentação em quantidade e qualidade necessária.

Referindo a localização onde as pessoas costumam fazer compras, a padaria destacou-se com 94,21%. Observa-se que provavelmente o pão e leite tem feito parte da cadeia alimentar de grande parte dos beneficiários do PBF, comprovando IBASE (2008) que acusou um consumo de leite em mais de 68% das famílias que recebem o rendimento. O IBASE (2008) diz que as modificações alimentares dessas famílias, foi o aumento do consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados, além de um consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados. A ida em supermercados e mercadinhos teve um aumento 3,60% em relação a pergunta anterior, onde falava apenas de mercadinhos, enquanto anteriormente 87,6% afirmaram ir em mercadinhos, em supermercados e mercadinhos o número foi de 91,2%. A ida em loja de roupas (45,9%) foi superior a loja de sapatos (38,8%). Observa-se, portanto, que a política pública do PBF tem um impacto relevante na economia local e na melhoria das condições de vida das famílias, promovendo acesso ao consumo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo procurou analisar as contribuições financeiras do Programa Bolsa Família no comércio local do município de Itapetinga. Analisou se a renda aferida pelos beneficiários proporciona maior poder de compra, além de como os gastos são distribuídos no momento em que recebem o auxílio. As políticas públicas de transferência direta de renda, como o PBF, unicamente não acabam com a pobreza. Mas o programa vem contribuindo para uma melhoria na vida das famílias beneficiárias e transformando as economias locais. No Município de Itapetinga é injetado mais de 1% do PIB em repasses do Bolsa Família. O benefício nessa cidade é gasto na sua maioria

em alimentos e bebidas, concentrando a compra em mercadinhos e padarias, podendo ser um diferenciador em momentos de crises. Os gastos com educação dos filhos chamaram a atenção também, podendo a condicionalidade nessa área, influenciar diretamente esses gastos. Outro número interessante foi a descoberta que grande parte dos beneficiários obtiveram residências próprias pelo Minha Casa Minha Vida, demonstrando que na cidade muitos utilizam o benefício para pagar a prestação da casa.

Sobre o perfil dos beneficiários, a grande maioria são mulheres, inclusive esse é o público alvo do Programa e praticamente não atende idosos com mais de 60 anos. Uma parcela considerável possui estado civil solteiro, e a ampla maioria possui de 1 a 3 filhos. A concentração esmagadora de beneficiários é de negros e pardos, demonstrando que ainda existe resquícios de períodos coloniais, onde a maioria das oportunidades eram pela cor da pele. Também observou que muitos sabem ler, mas a maioria não completou o ensino fundamental. A renda familiar se concentra de R\$ 724,00 para baixo e os rendimentos com o PBF estão entre R\$ 78,00 e R\$ 200,00.

A concentração das moradias se localizam na zona urbana, e dos que trabalham, nenhum trabalha na zona rural. A indústria é o setor que mais empregou os beneficiários, e é o único que assinou carteira dos trabalhadores beneficiários, nem o comércio e nem o setor público assinaram. O local de nascimento dos beneficiários se concentra em Itapetinga e nenhum faz compras fora desse município. Foi observado que existiam poucas gestantes nas famílias dos participantes da pesquisa, não sendo possível descobrir se o programa tem influência nos casos que possuía.

Os impactos do Programa Bolsa Família torna-se cada vez mais visíveis, podendo se alcançar melhores resultados com uma política de fiscalização mais eficaz e com uma ampliação do programa. Contudo, a ampliação dessa política de transferência de renda, deve vir acompanhada de uma educação fiscal da população em geral, visando conscientizar os cidadãos sobre o papel do Estado e dos tributos por ele cobrados, diminuindo assim um preconceito existente sobre um programa que gera benefícios sociais, que é o PBF.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CARVALHO Jr, P. H. B. Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004. **Texto para discussão n. 1236**. Brasília: IPEA, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COHN, A. **Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

DURIEUX, M. **Transferência de renda: Programa Bolsa Família e Cidadania**. Brasília: ESAF-DIREC, 2011. 65 páginas.

- FERRAZ, L. F. **Programa Bolsa Família: Impactos na distribuição da renda.** 2008. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Orçamento Público, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2008.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 3 ed. Editora Atlas. Rio de Janeiro 1996.
- HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e Cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica.** v. 8, n.1, p. 55-81, Junho 2006.
- IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.** Rio de Janeiro: IBASE, 2008.
- IBGE. **Censo Populacional,** 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 Out. 2014.
- IBGE. **Estimativa Populacional,** 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 Out. 2014.
- KÜNNEMAN, R. **Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio: uma abordagem de direitos humanos.** Passo Fundo: IFIBE, 2009.
- LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em Busca do Elo Perdido. **Opinião Pública,** v.15, n.1, 2009, p.31-54.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família.** 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 01 out. 2014.
- MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas Focalizados de Transferência de Renda no Brasil: Contribuições para o Debate. **Texto para Discussão nº 1283.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Erradicación de la pobreza.** Nova Iorque: Consejo Económico y Social, 2011. 21 p.
- PENA, C. R.; PINHEIRO, D. S.; ALBURQUERQUE, P. H. M. A Eficácia das Transferências de Renda: Um Estudo das Tendências e Dinâmica da Desigualdade Antes e Depois do Programa Bolsa Família. In: ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2014, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro/RJ: ANPAD, 2014. p. 1-16.
- PNAD, Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento; **Atlas do Desenvolvimento Humano. Perfil do Município de Itapetinga, BA.** 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

RIBEIRO, E. A. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

SANTANA, J. Á. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. **Seminário População, Pobreza e desigualdade**. Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SILVA E SILVA, M. O. da; **A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação**. Pensar BH/Política Social, 2006.

SOARES, S.. Bolsa Família: Um Resumo de seus Impactos. **International Policy Center For Inclusive Growth**, Brasília, n. 137, p.1-2, fev. 2012.

VIEIRA, G. C. *et al.* Políticas públicas de transferência de renda e seus impactos no comércio local programa bolsa família no município de Ibatiba - ES. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Seget, 2013.

APÊNDICE**1. Gênero?**

Masculino ()

Feminino ()

2. Faixa etária?

18 – 30 () 31 – 45 ()

46 – 60 () + de 60 ()

3. Estado civil?

Solteiro ()

Casado ()

Divorciado ()

Viúvo ()

4. Possui Filhos? Se Sim, quantos?

Sim () (1) (2) (3) (4) (5) (+)

Não ()

5. Aceita declarar qual a sua Cor?

Negra ()

Parda ()

Amarela ()

Branca ()

Indígena ()

Não declarou ()

6. Grau de escolaridade?

Sem Escolaridade ()

Fundamental Incompleto ()

Fundamental Completo ()

Médio Incompleto ()

Médio Completo ()

Superior Incompleto ()

Superior Completo ()

7. Qual a renda de sua família (R\$)?

0 – 372,00() 373,00 – 724,00 ()

725,00 – 1000,00 () 1001,00 + ()

Não sabe ()

8. Qual o valor mensal recebido pelo Bolsa família (R\$)?

1,00 – 77,00 ()

78,00 – 154,00 ()

154,00 – 200,00 ()

Questionário

201,00 + ()

Não sabe ()

9. Sua casa é?

Própria () Alugada ()

Emprestada () De familiares ()

10. Se própria, é do Minha Casa Minha vida?

Sim ()

Não ()

11. Quantas pessoas residem em sua casa?

1 – 3 () 4 – 5 () 6 + ()

12. Sua casa se localiza:

Zona rural ()

Zona Urbana () - Região central ()

Periferia ()

13. Você trabalha na:

Zona rural () Zona Urbana ()

14. Trabalha no:

Comércio () Setor Público ()

Autônomo () Indústria () Não trabalha ()

15. Trabalha com carteira assinada?

Sim () Não ()

16. Local de nascimento:

Itapetinga () Outro município da Bahia ()

Outro município do Brasil ()

17. Possui gestantes na família?

Sim () Não ()

18. Você costuma fazer algum controle para gastar seu dinheiro?

Sim () Não ()

19. Onde você costuma fazer suas compras?

Itapetinga ()

Fora de Itapetinga ()

Mercadinho ()

20. Você compra alimentos e bebidas com o Bolsa Família?

Sim () Não ()

21. Você acredita que gasta quanto do Bolsa Família no comércio?Nada ()
Menos da metade ()
Metade ()
Mais da metade ()
Todo ()**22. Com o que você costuma gastar o valor recebido pelo Bolsa Família?**Transporte público ()
Saúde particular ()
Aluguel ()
Prestação do Minha Casa Minha Vida ()
Roupas e sapatos ()
Aparelhos de comunicação ()
Alimentos e bebidas ()
Móveis e eletrodomésticos ()
Com educação (escola de filhos, van escolar)()
Pagamento de contas domésticas ()
Aparelhos pessoais ()
Farmácia ()

Recebido em: 20/08/2019

Aceito em: 10/09/2019

Endereço para correspondência:

Nome **Adller Moreira Chaves***

e-mail: adlller@hotmail.com

23. Qual destes locais você gasta com o Bolsa Família?Papeleria ()
Loja de Produtos eletrônicos ()
Padaria ()
Supermercados ou Mercadinhos ()
Farmácias ()
Loja de Roupas ()
Loja de Calçados ()
Contas domésticas ()**24. Para você o programa Bolsa família te dá mais:**Segurança financeira ()
Conforto ()
Autoconfiança ()
Nenhum desses ()Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)